

## EDUCAÇÃO E AUTARQUIAS LOCAIS

### Gabinete do Ministro da Educação e Município de Celorico da Beira

#### Acordo n.º 54/2017

José Francisco Gomes Monteiro, na qualidade de Presidente da Câmara, em representação do Município de Celorico da Beira, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, bem como do artigo 56.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, o Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral, infra transcrito, assinado no dia 26 de setembro de 2016 entre o Ministério da Educação e o Município de Celorico da Beira, ratificado em reunião de Câmara de 6 de setembro de 2017.

Torna ainda público que o Acordo pode ser consultado no sítio da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em [www.cm-celoricodebeira.pt](http://www.cm-celoricodebeira.pt), ou na Secretaria da Câmara Municipal, sita no edifício do Município.

#### Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. Exa. o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues; e, O Município de Celorico da Beira, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro;

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa, bem como do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, de 17 de agosto; e, para os efeitos previstos no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 39.º, n.º 2, da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, pela Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho, e pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, que aprovou o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, nos seguintes termos:

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

#### Cláusula 2.ª

Competências do Ministério da Educação ao Ministério da Educação compete:

- Apoiar, através da Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a solicitação do Município de Celorico da Beira, na definição do programa de intervenção de requalificação e modernização das instalações da Escola;
- Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para a requalificação e modernização das instalações da Escola;
- Apoiar os órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira no desenvolvimento regular das atividades letivas;
- Transferir para o Município de Celorico da Beira o montante de € 176.470,60 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta euros e sessenta centimos) para pagamento de metade do valor da contrapartida pública nacional da empreitada de ampliação e modernização da Escola, nos seguintes termos:
  - No ano económico de 2017, o montante de € 88.235,30 (oitenta e oito mil, duzentos e trinta e cinco euros e trinta centimos);
  - No ano económico de 2018, o montante de € 88.235,30 (oitenta e oito mil, duzentos e trinta e cinco euros e trinta centimos).
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, transita para o ano económico subsequente o montante que eventualmente não seja transferido devido a atrasos na execução da empreitada.

#### Cláusula 3.ª

##### Competências do Município de Celorico da Beira

Ao Município de Celorico da Beira compete:

- Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a requalificação e modernização do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da Escola.
- Solicitar tempestivamente os pareceres dos serviços do Ministério da Educação previstos no Aviso para Apresentação de Candidaturas respetivo;
- Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;
- Assumir o encargo com participação pública nacional da empreitada de requalificação e modernização das instalações da Escola, no montante que exceda o valor previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;
- Assegurar a posição de dono da obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;
- Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

#### Cláusula 4.ª

##### Despesas com as obras de modernização da Escola

- O custo da empreitada de modernização da Escola é estimado em € 2.352.941,19 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e um euros e dezanove centimos).
- O Ministério da Educação paga ao Município de Celorico da Beira, por conta da boa execução da empreitada, o montante de € 176.470,60 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta euros e sessenta centimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, através da dotação orçamental do Plano de Investimentos do Ministério da Educação.
- O Município de Celorico da Beira suporta o montante remanescente da contrapartida pública nacional, estimado em € 176.470,59 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta euros e nove centimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, através das rubricas orçamentais respetivas.
- Para efeitos do disposto na alínea b), o Município de Celorico da Beira envia ao Ministério da Educação os autos de medição da empreitada, devidamente aprovados, dispondo este do prazo de 30 dias para proceder ao respetivo pagamento até ao limite do montante previsto para cada ano na alínea d) da cláusula 2.ª.
- Os restantes 85 %, no valor máximo de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros) são suportados por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

#### Cláusula 5.ª

##### Acompanhamento, controlo e incumprimento na execução do Acordo

- Com a assinatura deste Acordo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério da Educação, designado pela Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante do Município de Celorico da Beira, por este designado, e pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.
- A comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas.
- O presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes.
- Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo.
- O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente Acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.
- Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, o incumprimento pelo Município de Celorico da Beira das responsabilidades constantes da Cláusula 3.ª determina a resolução do presente Acordo, não podendo esta exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.

## Cláusula 6.ª

**Prazo de vigência**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção da empreitada.

O presente Acordo de Colaboração é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse do Município de Celorico da Beira.

26 de setembro de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — O Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, *José Francisco Gomes Monteiro*.

310791358

## Gabinete do Ministro da Educação e Município de Pombal

**Acordo n.º 55/2017**

### Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Guia

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. E.ª o Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*; e,

O Município de Pombal, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, *Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus*;

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa, bem como do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, de 17 de agosto; e, para os efeitos previstos no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 39.º, n.º 2, da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, pela Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho, e pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, que aprovou o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, nos seguintes termos:

## Cláusula 1.ª

**Objeto**

O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Guia, Pombal, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

## Cláusula 2.ª

**Competências do Ministério da Educação**

Ao Ministério da Educação compete:

a) Apoiar, através da Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a solicitação do Município de Pombal, na definição do programa de intervenção de requalificação e modernização das instalações da Escola;

b) Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para a requalificação e modernização das instalações da Escola;

c) Apoiar os órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas de Guia-Pombal no desenvolvimento regular das atividades letivas;

d) Transferir para o Município de Pombal o montante de € 70.588,24 (setenta mil, quinhentos e oitenta e oito euros e vinte e quatro centimos) para pagamento de metade do valor da contrapartida pública nacional da empreitada de ampliação e modernização da Escola, nos seguintes termos:

i) No ano económico de 2017, o montante de € 35.294,12 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro euros e doze centimos);

ii) No ano económico de 2018, o montante de € 35.294,12 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro euros e doze centimos).

e) Sem prejuízo do disposto no número anterior, transita para o ano económico subsequente o montante que eventualmente não seja transferido devido a atrasos na execução da empreitada.

## Cláusula 3.ª

**Competências do Município de Pombal**

Ao Município de Pombal compete:

a) Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a requalificação e modernização do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da Escola;

b) Solicitar tempestivamente os pareceres dos serviços do Ministério da Educação previstos no Aviso para Apresentação de Candidaturas respetivo;

c) Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;

d) Assumir o encargo com comparticipação pública nacional da empreitada de requalificação e modernização das instalações da Escola, no montante que exceda o valor previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;

e) Assegurar a posição de dono da obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;

f) Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

## Cláusula 4.ª

**Despesas com as obras de modernização da Escola**

a) O custo da empreitada de modernização da Escola é estimado em € 941.176,48 (novecentos e quarenta e um mil, cento e setenta e seis euros e quarenta e oito centimos).

b) O Ministério da Educação paga ao Município de Pombal, por conta da boa execução da empreitada, o montante de € 70.588,24 (setenta mil, quinhentos e oitenta e oito euros e vinte e quatro centimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, através da dotação orçamental do Plano de Investimentos do Ministério da Educação.

c) O Município de Pombal suporta o montante remanescente da contrapartida pública nacional, estimado em € 70.588,24 (setenta mil, quinhentos e oitenta e oito euros e vinte e quatro centimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, através das rubricas orçamentais respetivas.

d) Para efeitos do disposto na alínea b), o Município de Pombal envia ao Ministério da Educação os autos de medição da empreitada, devidamente aprovados, dispondo este do prazo de 30 dias para proceder ao respetivo pagamento até ao limite do montante previsto para cada ano na alínea d) da cláusula 2.ª

e) Os restantes 85 %, no valor máximo de € 800.000,00 (oitocentos mil euros) são suportados por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

## Cláusula 5.ª

**Acompanhamento, controlo e incumprimento  
na execução do Acordo**

a) Com a assinatura deste Acordo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério da Educação, designado pela Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante do Município de Pombal, por este designado, e pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Guia-Pombal.

b) À comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas.

c) O presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes.

d) Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo.

e) O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente Acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.

f) Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, o incumprimento pelo Município de Pombal das responsabilidades constantes da Cláusula 3.ª determina a resolução do Presente Acordo, não podendo esta exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.